



CRIANÇA E ADOLESCENTE

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 04 | Out/Dez | Ano 2021

Índice

03

Notícias

25

Reuniões /Eventos

27

Projetos / Ações Estratégicas

Notícias MP/ BA :

MP integra ação de conscientização da população sobre trabalho infantil

O Ministério Público estadual participou, na manhã desta quarta-feira, 20, de ação de sensibilização e mobilização ao enfrentamento do trabalho infantil, promovida pelo Comitê Intersectorial de Combate ao Trabalho Infantil (CICOMTI), junto ao Conselho Tutelar XVII e a Rede de Proteção à Criança e o Adolescente de Sensibilização e Mobilização. A atividade, realizada na Praça Nossa Senhora da Luz, localizada no bairro da Pituba, em Salvador, consistiu em trabalhar a conscientização da população e de comerciantes locais a respeito da problemática, por meio do diálogo e da distribuição de materiais explicativos.

Segundo a promotora de Justiça Karine Espinheira, gerente do Projeto de Aprendizagem e Combate ao Trabalho Infantil Cidadão Aprendiz, também foi abordada a condição de jovens em situação de rua que vivem de mendicância e o provimento da educação para combater o trabalho infantil.



Diversos órgãos do Município, Organizações da Sociedade Civil e instituições do Sistema de Justiça, como o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o MP estadual, por meio da 7ª Promotoria de Infância e Juventude, integram o Comitê, que é presidido pelo secretário da pasta de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer (Sempre), Kiki Bispo, e tem suas atividades coordenadas pela técnica de referência da Sempre, Adriana Vieira. As ações e reuniões do Comitê são mensais, com o objetivo contínuo de promover o combate às violações de direitos de crianças e adolescentes.

Também participaram da ação do mês de outubro representantes da Sempre, da Secretaria Municipal de Educação, do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), e das Organizações Lar Fabiano de Cristo e Clara Amizade. A atividade contou ainda com o apoio do Grupo JCPM do Shopping Salvador.



[Matéria Completa](#)

Fonte; Cecom MP

Atuação do MP ganha destaque no Encontro da Rede de Proteção da Criança e Adolescente em Feira de Santana



O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça, Idelzuith Freitas, participou do Encontro da Rede de Proteção à Criança e Adolescente, evento de lançamento de adesão do selo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do programa “Prefeito Amigo da Criança”. A ação aconteceu ontem, dia 21, no Teatro Municipal Margarida Ribeiro, em Feira de Santana.

No evento, as promotoras de Justiça Idelzuith Freitas e Jó Anne da Costa foram homenageadas pela atuação no fortalecimento e apoio na rede de proteção à criança e ao adolescente, através da articulação de políticas públicas voltadas a assegurar a infância e a juventude mais segura. Na ocasião, também foi destacada a implementação pioneira do Complexo Integrado de Escuta Protegida, em Feira de Santana e elogiadas a escolha e capacitação de novos facilitadores para a escuta especializada e ampliação do projeto.

O programa “Prefeito Amigo da Criança”, da Fundação Abrinq, fortalece a atuação de gestores municipais na criação de ações e políticas na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. O evento de lançamento da Rede de Proteção de Criança e Adolescente foi promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), pela Prefeitura de Feira de Santana.



[Matéria Completa](#)

Fonte; Cecom MP



Seminário sobre trabalho infantil capacita fiscais da Ceasa

Os fiscais que atuam no Centro de Abastecimento de Salvador (Ceasa) participaram hoje, dia 3, de um seminário sobre trabalho infantil, promovido pela Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia, com a participação da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Salvador. O curso, que teve o objetivo de capacitar os fiscais na identificação e encaminhamento dos casos de trabalho infantil é uma das iniciativas estratégicas do projeto Cidadão Aprendiz, que tem por objetivo o enfrentamento ao trabalho infantil e o fomento à aprendizagem. O curso contou também com a participação de representantes da Superintendência Regional do Trabalho (SRT) e do Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento (Isbet).

Representando o Ministério Público, a promotora de Justiça Cintia Campos da Silva falou sobre a necessidade de proteger as crianças e adolescentes em relação ao trabalho e sobre as normas protetivas e de regularização do trabalho. “O trabalho infantil traz consequências graves para a saúde física, emocional e intelectual das crianças e adolescentes”, destacou a promotora de Justiça, que ressaltou ainda a importância de que os fiscais comuniquem os casos verificados, formalizando o que foi encontrado e acionando os órgãos que compõem a Rede de Proteção à Infância. “Somente assim, podemos acompanhar essas crianças e adolescentes encontrados em situação de trabalho, de forma a proteger os seus direitos”, explicou. Tramita na 7ª Promotoria um procedimento administrativo sobre a fiscalização do trabalho infantil na Ceasa. Em fiscalização recente, realizada para instruir o procedimento, auditores da Superintendência Regional do Trabalho verificaram a existência de casos de trabalho infantil no centro de abastecimento.

Fonte;Cecom MP



[Matéria Completa](#)

MP promove visita para apresentar experiência do centro de escuta especializada de Camaçari

A convite do Ministério Público estadual, as Prefeituras de Salvador e Candeias conheceram, nesta sexta-feira, 12, um dos espaços de escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência localizado na zona urbana de Camaçari. A visita foi acompanhada pelas promotoras de Justiça Karine Espinheira, atuante na área de infância e juventude da capital; Mariana Meira, titular da Promotoria de Justiça de Candeias; e pelo promotor de Justiça Bruno Sanfront, responsável por fiscalizar o serviço em Camaçari.

O objetivo do encontro foi demonstrar as boas práticas da sala de escuta do Centro de Atenção à Saúde da Criança, que se encontra em uma Unidade de Pronto Atendimento de Camaçari, às cidades que ainda não estão organizadas para a implementação da Lei de Escuta Especial 13431/17, caso de Salvador e Candeias.

Fonte;Cecom MP



[Matéria Completa](#)

Projeto Cidadão Aprendiz capacita mais 27 jovens

O Ministério Público estadual promoveu ontem, dia 25, a solenidade de encerramento de mais uma turma do Projeto Cidadão Aprendiz, com 27 alunos capacitados. O evento, que aconteceu na sede do Senai, em Dendezeiros, é voltado para oportunizar a experiência profissional de adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como favorecer a reintegração social deles. O projeto contempla a qualificação profissional desses jovens, no turno contrário ao da escola regular, através de contratos de aprendizagem e direitos trabalhistas garantidos.

Na ocasião, a promotora de Justiça Karine Espinheira reforçou a importância do Projeto, especialmente no cenário atual, e frisou tratar-se de um momento único de transformação, além de ter destacado também o trabalho realizado pela equipe técnica multidisciplinar. “Essa turma enfrentou as dificuldades da pandemia, e conseguiu finalizar o curso. É, portanto, um momento especial e de muita emoção para todos os que integram os trabalhos do projeto. São histórias de superação de cada um deles, bem como, um trabalho de muita integração entre os órgãos e entidades parceiras”, pontuou a promotora.



O projeto é resultado de um compromisso firmado entre o MP, a Defensoria Pública do Estado da Bahia, o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Bahia - SRTE/BA, a Prefeitura de Salvador, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai, e a Fundação da Criança e do Adolescente - Fundac.

No encontro, compareceram a auditora fiscal do trabalho Tais Arruti, coordenadora da aprendizagem na Bahia; a defensora Pública Laíssa Rocha; e a diretora da Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre), Kelly Morais, representando o secretário Kiki Bispo; o prefeito e a vice-prefeita; e a secretária municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ), Fernanda Lordelo. Além dos familiares e demais integrantes das equipes dos órgãos, entidades parceiras e das empresas contratantes desses jovens.



Fonte; Cecom MP





MP participa de audiência pública sobre prevenção aos homicídios contra crianças, adolescentes e jovens negros

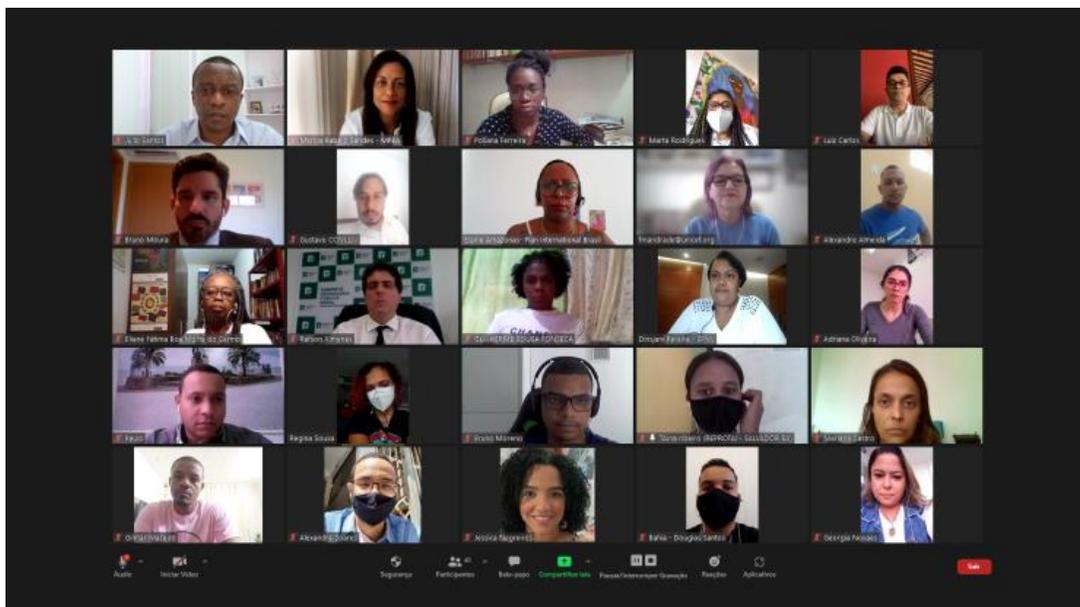
O Ministério Público estadual participou, hoje (30), da audiência pública sobre prevenção aos homicídios contra crianças, adolescentes e jovens negros na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA). A audiência foi uma solicitação feita pelo Comitê de Prevenção dos Homicídios de Crianças, Adolescentes e Jovens de Salvador, institucionalizado pelo ato da Procuradoria-Geral do MP em 2018.

Nas mesas de discussões, a promotora de Justiça Márcia Rabelo Sandes apresentou os propósitos do Comitê e explanou dados estatísticos da violência contra crianças, adolescentes e jovens no Brasil e na Bahia a partir dos dados publicados este ano pelo Fórum Brasileiro de Segurança no Atlas da Violência. A promotora também fez solicitação para que a Assembleia Legislativa levantasse projetos de lei que já existam em tramitação na casa voltados para esse tema, de modo que o Comitê possa acompanhar a implementação de políticas públicas.



[Matéria Completa](#)

Audiência pública na Câmara de Salvador debate prevenção de homicídios de crianças e jovens negros



Ministério Público estadual participou, na manhã desta sexta-feira, dia 3, de audiência pública sobre prevenção de homicídios contra crianças, adolescentes e jovens negros, na Câmara de Vereadores de Salvador. A audiência foi realizada pela Comissão Especial Temporária de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, a pedido do Comitê Interinstitucional implementado pela Procuradoria-Geral de Justiça do MP. Na ocasião, participaram das mesas a coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca), promotora de Justiça Márcia Rabelo, representando também a procuradora-Geral de Justiça, Norma Cavalcanti; o defensor público geral do Estado Rafson Saraiva; a pesquisadora da Uneb, Poliana da Silva; o presidente do Conselho Municipal da Juventude (Comjuve), Gustavo Mercês; a gestora de Programas em Saúde do Unicef, Tati Andrade. a secretária Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ), Fernanda Silva e o defensor público Bruno Moura.

Fonte; Cecom MP



[Matéria Completa](#)

Rede de proteção a crianças e adolescentes da região de Poções formaliza diretrizes para efetivar lei do depoimento especial



O Ministério Público estadual e instituições do Sistema de Garantias e Direitos de crianças e adolescentes dos municípios de Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Mirante e Poções formalizaram documento de diretrizes de integração operacional da rede de proteção, que uniformiza as rotinas e os procedimentos para promoção da defesa das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. O objetivo é aprimorar a atuação conjunta dos órgãos e efetivar os dispositivos da Lei do Depoimento Especial (13.431/2017), que visa evitar a revitimização na realização de entrevistas para apuração dos casos de violência contra o público infantojuvenil e no atendimento pelos agentes da rede das vítimas e testemunhas.

➔ [Matéria Completa](#)

Fonte; Cecom MP

Justiça determina adoção de medidas para manter escolinhas de futebol em Ubaitaba

O Município de Ubaitaba foi obrigado pela Justiça a providenciar um local adequado para o funcionamento de escolinhas de futebol que se dedicam ao atendimento de aproximadamente 260 crianças e adolescentes carentes na cidade. A decisão, da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça, atende a pedidos apresentados pelo Ministério Público estadual e deve ser cumprida nos próximos 30 dias. Ela determina que o espaço viabilizado pelo Município tenha campo de futebol, vestiários, banheiros, sala para reuniões e seja de fácil acesso, de forma que as escolinhas possam ser instaladas, inclusive de futebol feminino, e que as crianças possam dar continuidade à prática das atividades desenvolvidas no Estádio Municipal Everaldo Silva Melo, que está em processo de demolição.

A decisão da Segunda Câmara reforma sentença proferida pelo Juízo da Comarca, que havia deferido parcialmente os pedidos apresentados em ação civil pública ajuizada pelo MP para assegurar o funcionamento do único estádio de futebol da cidade. A decisão de primeiro grau já havia determinado ao Município que informasse sobre existência de ato legislativo que autorizasse a demolição, apresentasse plano de apoio às escolinhas que funcionavam no estádio e disponibilizasse informações sobre o imóvel. O MP, preocupado com a demolição, interpôs o recurso que agora deverá garantir a disponibilização de local para funcionamento das escolinhas.



MP fortalece atuação para assegurar direito à convivência familiar a crianças e adolescentes

Até o mês de outubro foram realizados um total de 286 visitas técnicas em serviços de acolhimento a crianças e adolescentes da capital e interior

O Ministério Público estadual, com atuação conjunta do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca) e Promotorias de Justiça, realizou um total de 286 visitas técnicas em serviços de acolhimento a crianças e adolescentes da capital e interior entre os meses de janeiro e outubro deste ano, como parte das ações do projeto ‘Tecendo o Amanhã’. O objetivo é aperfeiçoar os serviços de acolhimento e aprimorar a fiscalização dos prazos legais de tramitação de processos que impliquem no afastamento da criança/adolescente de sua família, de modo a assegurar-lhes o direito à convivência familiar, seja em família biológica seja em substituta. Durante as inspeções, foram avaliados aspectos como o número de acolhidos, a situação jurídica das crianças e jovens, as condições físicas e de recursos humanos, bem como as medidas adotadas para enfrentamento ao coronavírus nas unidades.

“A partir do monitoramento dos serviços de acolhimento nos municípios baianos e no Sistema Nacional de Adoção (SNA), foram realizadas 743 inserções de crianças e adolescentes nas famílias de origem e 144 adoções até o mês de outubro”, destacou a promotora de Justiça Márcia Rabelo, coordenadora do Caoca. Para fortalecer a atuação dos promotores de Justiça nesta área, o Caoca lançou no primeiro semestre deste ano um ‘Guia de Orientação Funcional para Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária’, contendo orientações e minutas de peças para subsidiar a atuação em defesa do direito à convivência familiar. “O Guia é um instrumento de consulta rápida e simplificada trazendo conceitos, etapas e os principais atores envolvidos na elaboração e implementação do Plano Municipal da Convivência Familiar e Comunitária e dá destaque a relevante condição do MP de fomentador e fiscal das políticas públicas de proteção à infância e juventude”, destacou Márcia Rabelo.



[Matéria Completa](#)

Fonte: Cecom MP

Noticias CNJ :



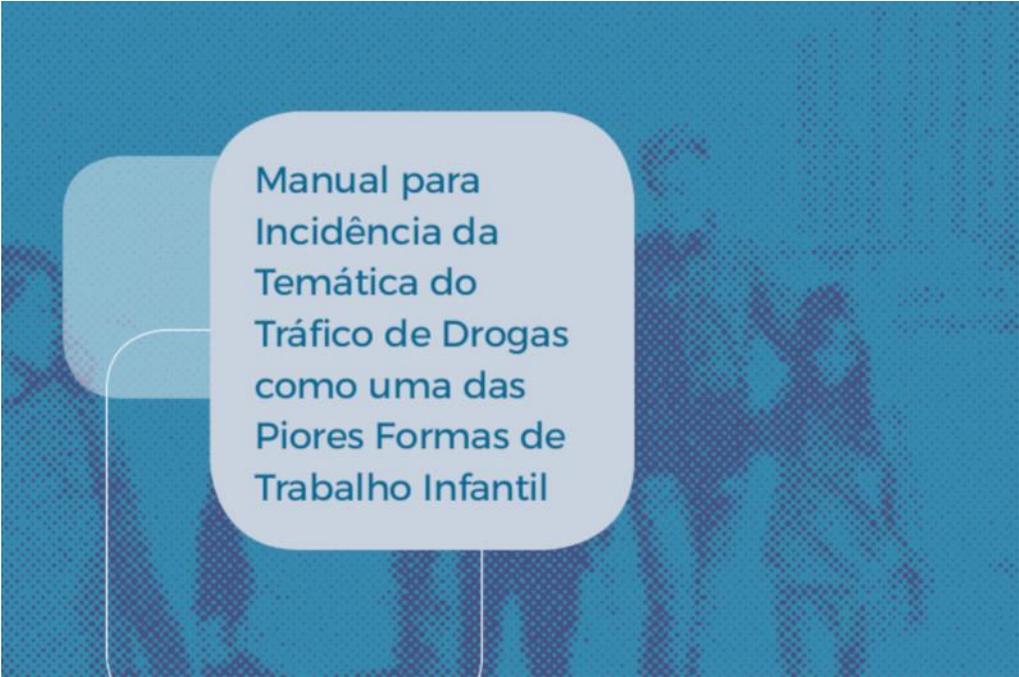
Foninj lança campanha, protocolos para a infância e prêmio em reunião anual

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai apresentar várias iniciativas em defesa das crianças e dos adolescentes durante a reunião anual do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj), nesta sexta-feira (10/12). Entre elas, está o manual para o depoimento especial de crianças e adolescentes de comunidades tradicionais, fruto do projeto-piloto desenvolvido junto ao Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS), o do Amazonas (TJAM), o da Bahia (TJBA) e o de Roraima (TJRR). O evento terá transmissão pelo [canal do CNJ no YouTube](#), a partir das 9h. O manual traz diretrizes para a tomada do depoimento especial de criança ou adolescente em comunidades tradicionais, como o local apropriado, seguro e acolhedor, que garanta a privacidade. O ato também deve ser realizado por profissionais com qualificação específica e que, preferencialmente, integrem as equipes técnicas do Judiciário. Será realizado, ainda, um painel específico sobre o protocolo, para apresentar os resultados do projeto, contando com a participação de um representante da comunidade indígena.

Agência CNJ de Notícias



[Matéria Completa](#)



Manual para
Incidência da
Temática do
Tráfico de Drogas
como uma das
Piores Formas de
Trabalho Infantil

Manual orienta sobre tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou, nesta quinta-feira (2/12), manual que busca qualificar a compreensão de atores do Sistema de Justiça e do Sistema de Garantia de Direitos quanto ao tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil. A tese tem como referência compromissos internacionais dos quais o Brasil é signatário – como a Convenção 182 e a Recomendação n. 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – e foi recentemente confirmada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de relatoria do ministro Edson Fachin.

A análise reconhece os danos causados no envolvimento de meninos e meninas no mercado de drogas ilícitas e busca aprimorar o tratamento dado a autor de ato infracional em casos análogos aos crimes previstos na Lei n. 11.343/2006, a chamada lei de drogas.

➔ [Matéria Completa](#)

Agência CNJ de Notícias



Justiça da Infância e Juventude usa tecnologia e encurta distâncias no processo de adoção

A Justiça da Infância e Juventude foi beneficiada com a ampliação do uso da tecnologia durante a pandemia do novo coronavírus. As ferramentas tecnológicas permitiram a realização de audiências por meio de vídeo, a capacitação da equipe técnica e a realização do estágio de convivência das crianças com as famílias habilitadas por meios virtuais, etapa que dá início ao processo de adoção. Segundo dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), apesar de o número de adoções concluídas ter registrado queda de quase 10% entre 2019 e 2020, houve um aumento no número de crianças em processo de adoção: saindo de 901 para 1.401 casos no período.

Para a conselheira Flávia Pessoa, coordenadora do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem incentivando o uso da tecnologia, que é um dos eixos da gestão do ministro Luiz Fux, por propiciar soluções que garantem agilidade e efetividade. “Temos percebido, não apenas em casos de adoção e no socioeducativo, bem como em todas as demandas relativas ao infantojuvenil, que a tecnologia derruba barreiras e ‘desengessa’ o Judiciário. Dessa forma, é possível acessar dados, resolver conflitos e estabelecer conexões em qualquer lugar, a qualquer hora, de maneira disruptiva”, afirmou

Agência CNJ de Notícias.



[Matéria Completa](#)

Dia das Crianças: Judiciário e parceiros promovem ações para proteção infantojuvenil

Em defesa dos direitos das crianças, o Poder Judiciário tem realizado diversas ações que, com o apoio da rede protetiva, estão voltadas também para a sensibilização e conscientização da sociedade. A importância de envolver a todos para garantir o desenvolvimento saudável e seguro nos primeiros anos de vida de cada brasileiro e brasileira é realçada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A orientação é que os tribunais de todo o país disponibilizem em suas páginas oficiais e nos mandados judiciais os canais de denúncia e combate à violência infantil, com a finalidade de informar a população sobre os meios e caminhos para comunicar perigos e violências contra crianças e de adolescentes. De acordo com a relatora, a iniciativa atende ao imperativo de que o Judiciário proponha, desenvolva e implemente também medidas não judiciais de garantia de direitos. “É claro que as medidas judiciais sempre serão necessárias, mas, por vezes, elas não conseguem atuar previamente para evitar a ocorrência de danos à integridade física ou emocional de crianças e adolescentes. Por isso, é de grande relevância o trabalho desenvolvido pelo CNJ.”



[Matéria Completa](#)



Tribunais promoverão campanha contra violência infantojuvenil

Tribunais de Justiça em todo país veicularão campanha contra a violência infantil em suas páginas oficiais como medida para tentar coibir a escalada de agressões e mortes violentas sofridas por crianças e adolescentes. A iniciativa faz parte de recomendação aprovada por unanimidade pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nessa terça-feira (5/10), durante a 339ª Sessão Ordinária.

A recomendação, relatada pela conselheira Tânia Regina Silva Reckziegel, surgiu da necessidade de sensibilizar tanto a população quanto os demais agentes de proteção infanto-juvenil sobre a importância do tema. A partir de pretensão trazida ao CNJ, a conselheira solicitou subsídios ao Fórum Nacional da Infância e Adolescência (Foninj). As informações recebidas confirmaram que a violência contra crianças e adolescentes é um problema que se alastra ao longo dos anos e aumentou e expressivamente durante a pandemia.



Notícias STJ :

Adoção realizada sob as regras do CC/1916 é passível de revogação consensual na vigência do Código de Menores

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a adoção realizada sob as regras do Código Civil de 1916 era passível de revogação consensual após a entrada em vigor do Código de Menores (Lei 6.697/1979), mas antes de sua substituição pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990).

Com a decisão, o colegiado restabeleceu sentença que declarou a ilegitimidade ativa do autor de uma ação de inventário, cuja adoção foi formalizada em junho de 1964, quando tinha dois anos de idade, e revogada em janeiro de 1990, de forma consensual entre ele – então com 28 – e seus pais adotivos.

O autor da demanda propôs a divisão dos bens deixados pelo pai adotante falecido, com a inclusão de seu nome no rol de herdeiros. Houve contestação dos outros filhos, que sustentaram que o CC/1916, sob o qual ocorreu a adoção, permitia a revogação do ato. Ao ser ouvido em audiência, o adotado, apesar de admitir ter assinado a escritura pública de revogação da adoção, alegou que não tinha conhecimento de seu conteúdo.

Na primeira instância, o processo foi extinto sem resolução do mérito por ilegitimidade ativa do autor, pois a revogação da adoção lhe retiraria a condição de herdeiro. A decisão foi reformada pelo Tribunal de Justiça de Goiás, que classificou a adoção como ato irrevogável.

Fonte STJ



[Matéria Completa](#)

Noticias STJ :

STJ promove exibição de documentário e debate sobre violência contra a criança

Darrell, Destiny e Jess, três pessoas que passaram por experiências traumáticas em sua infância e contam com muita coragem suas histórias no documentário *Poupe a criança (Spare the Child)*, exibido na tarde dessa quinta (7), no Cine Debate. O curta-metragem foi exibido na plataforma Zoom, sendo seguido por um debate com a produtora Andie Morgenlander, o diretor e produtor Joshua Overbay, e duas das pessoas que falaram sobre suas histórias – o pastor Darrell Armstrong e Jess Overbay.

Fundamentais para o futuro

A iniciativa integra o programa *Humaniza*, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e é uma parceria da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS) e do Centro de Formação e Gestão Judiciária (CEFOR). O evento foi aberto pelo vídeo do presidente do STJ, ministro Humberto Martins, que destacou que o tribunal é signatário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, iniciado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Agência CNJ de Notícias



[Matéria Completa](#)

Cursos / Reuniões / Eventos :



[Matéria Completa](#)

Riscos da exposição da imagem de crianças e adolescentes na internet é debatido durante conferência 'Tecnologia e Infância'

Os impactos causados pelo uso excessivo de ferramentas tecnológicas na saúde mental de crianças e adolescentes foram debatidos durante a quarta conferência 'Tecnologia e Infância – O melhor da infância é offline', realizada na manhã dessa sexta-feira (8), pelo Ministério Público estadual. “A Organização das Nações Unidas (ONU) já declarou o acesso à internet como um direito humano. Todos nós buscamos no meio digital conhecimento e lazer, por isso precisamos pensar em um uso seguro, sadio e responsável”, destacou a promotora de Justiça Márcia Rabelo Sandes, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca). Ela dividiu a mesa de abertura virtual com os promotores de Justiça Tiago Quadros, coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf); João Paulo de Carvalho da Costa, coordenador do Núcleo de Combates aos Crimes Cibernéticos (Nucciber); Adalvo Dourado, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Educação (Ceduc) e Patrícia Kathy Medrado, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Saúde (Cesau).

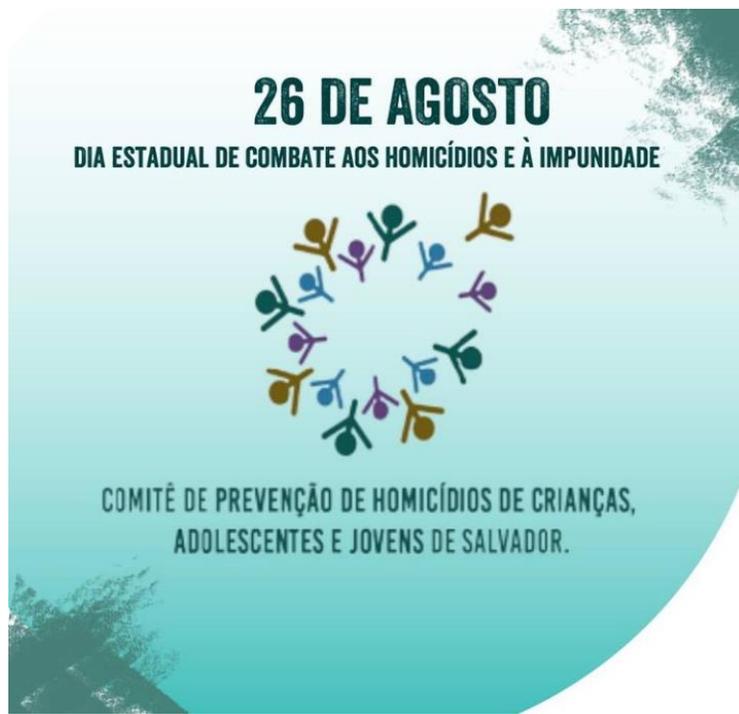
No dia 15/10, a Coordenadora do CAOCA participou, juntamente com as promotoras de justiça da infância e juventude de Feira de Santana, da **reunião promovida pelo CECA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente**, a fim de debater questões relativas à rede de proteção da infância e juventude em Feira de Santana.

No dia 26/10, o CAOCA participou do **Curso de Adaptação Funcional para Novos Promotores de Justiça**, promovido pelo CEAF, apresentando aos membros recém empossados a estrutura administrativa do CAOCA, os projetos e planos estratégicos, além de compartilhar material de orientação funcional na área da infância e juventude.

CURSO PARA CONSELHEIROS

PROMOTORIAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

No dia 19/10, o CAOCA, juntamente com as quatro promotoras de justiça em atuação na defesa dos direitos difusos da criança e do adolescente na capital, ministrou aula no **Curso de Capacitação para Novos Conselheiros Tutelares de Salvador**, promovido pela Prefeitura e CMDCA.



Nos dias 06/10 e 03/11, foram realizadas reuniões ordinárias do **Comitê de Prevenção de Homicídios de Crianças, Adolescentes e Jovens de Salvador**, deliberando-se pela realização de requerimento de **Audiências Públicas**, em referência ao **NOVEMBRO NEGRO**, no âmbito da **ALBA** e da **Câmara de Vereadores de Salvador**, nos próximos dias 30/11 e 03/12, respectivamente, para debater políticas públicas de enfrentamento à violência letal contra crianças, adolescentes e jovens negros.



No dia 08/11, a Coordenadora do CAOCA, na condição de integrante do **Comitê de Prevenção de Homicídios de Crianças, Adolescentes e Jovens de Salvador** participou de reunião com o Deputado Estadual Jacó Lula da Silva, presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALBA, para alinhar a realização de Audiência Pública, visando debater políticas públicas de enfrentamento à violência letal contra crianças, adolescentes e jovens negros.



No dia 19/11, foi realizado pelo CAOCA e CAOCRIM, o webinar **Aspectos Práticos da Lei nº13.431/2017**, tendo como público-alvo os membros do Ministério Público, juízes, delegados de polícia, defensores e advogados, visando a troca de experiências na realização do depoimento especial nas comarcas da capital e do interior, com apresentação e debate acerca do fluxo construído coletivamente para a implementação da Lei nº13.431/2017 nos municípios baianos. Os debates contaram com a participação do consultor da Childhood Brasil, Prof. Benedito Rodrigues dos Santos.



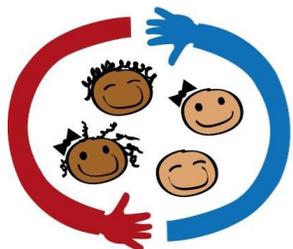
[Matéria Completa](#)

Foram oferecidas duas oficinas práticas, nos dias 04 e 05/11, para a **Capacitação para uso do SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência**, mediante parceria com a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, voltado para o aperfeiçoamento funcional no uso e fiscalização do sistema.



[Matéria Completa](#)





PROGRAMA
**INFÂNCIA EM
1º LUGAR**
Fortalecimento dos Orçamentos e Fundos

Foi realizado curso de **Capacitação para uso do SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência**, oferecido em duas oficinas práticas, **nos dias 04 e 05/11**, mediante parceria com a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, voltado para o aperfeiçoamento funcional no uso e fiscalização do sistema..

O Projeto Infância em Primeiro Lugar viabilizou a articulação entre membros do MPBA, a SJDHDS e gestões municipais, compartilhando materiais de orientação funcional sobre o SIPIA e impulsionando a realização de oficinas de capacitação pela SJDHDS, viabilizando a capacitação de mais de 400 (quatrocentos) Conselheiros Tutelares e de Direitos no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, viabilizando a capacitação **de mais de 400 (quatrocentos)** Conselheiros Tutelares e de Direitos no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA.



Foram realizadas ,no período de outubro a dezembro, 58 (cinquenta e oito) inspeções em serviços de acolhimento, sendo avaliadas as medidas adotadas para enfrentamento ao coronavírus nas unidades, conforme fluxo delineado no Manual de Inspeção Remota dos Serviços de Acolhimento elaborado pelo CAOCA.

A parceria estabelecida entre o Projeto Tecendo o Amanhã e a organização humanitária internacional ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL permitiu a continuidade das oficinas com municípios, realizadas nos dias 18/10 e 19/10 e 30/11 visando a implementação de Planos Municipais de Acolhimento e Serviço Família Acolhedora, contemplando 26 (vinte e seis) municípios selecionados pelo Projeto Tecendo o Amanhã a partir do monitoramento feito quanto à inexistência ou precariedade de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no estado.

As oficinas tiveram como público-alvo os profissionais da Secretaria de Assistência Social, Conselheiros de Direito da Criança e Adolescente e colaboradores do Ministério Público Estadual da Bahia, sendo os professores cedidos pela ALDEIAS SOS.

Valido registrar que o fomento à atuação em defesa do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes é objeto da Recomendação Conjunta PGJ/CG nº 01/2021, expedida em 26/04/2021.

Projeto interinstitucional proteção em rede : **Um pacto pela infância e juventude:**

Trata-se de parceria entre o MPBA/CAOCA, TJBA/CIJ e DPE/DEDICA, visando a articulação interinstitucional do Sistema de Justiça Baiano com a finalidade de garantir maior celeridade na resolução dos casos e processos de crianças e adolescentes acolhidos nos municípios da Bahia. A ação de articulação é um dos objetivos delineados no Projeto Tecendo o Amanhã, referido no item anterior, consistindo também em iniciativa contemplada no projeto estratégico do MPBA. No último trimestre de 2021, foram realizadas reuniões com juízes, promotores de justiça, defensores públicos e órgãos da rede de proteção dos municípios de Ribeira do Pombal, Olindina, Santo Amaro, Valença, Prado, Macaúbas, Salvador, Serrinha, Simões Filho, Senhor do Bonfim, Ilhéus, Itaberaba, Riacho de Santana, Mucuri, Juazeiro e Lauro de Freitas, para avaliar o funcionamento e a adequação dos serviços de acolhimento institucional, além de fomentar a implementação do serviço de acolhimento familiar, em consonância com as disposições legais do ECA e com a Recomendação Conjunta nº01/2020 do CNJ, CNMP, Ministério da Cidadania e Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que dispõe sobre os cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid-19). Nas reuniões também foram acordadas a realização de audiências concentradas para reavaliação dos processos de crianças e adolescentes acolhidos e a atualização do SNA.



O Projeto Cidadão Aprendiz, através de sua Gerente, Dr^a Karine Espinheira, participou, no dia 25/10/2021, da finalização das atividades do Projeto Àwùre, quando foi apresentado o Diagnóstico de Aprendizagem Profissional e Inserção de Adolescentes e Jovens no Mercado de Trabalho em 10 municípios da Bahia.

O Projeto Àwùre, iniciativa realizada pelo Ministério Público do Trabalho-MPT, UNICEF e OIT, em parceria técnica com Instituto Aliança e Plan International, contemplou, dentre outras ações, a capacitação da rede de proteção de **10 (dez) municípios baianos - Salvador, Santo Antônio de Jesus, Maragogipe, Santo Amaro, Cachoeira, Muritiba, Nazaré, Salinas das Margaridas, São Félix e Cruz das Almas -**

Foi elaborado pelo CAOCA, no âmbito do Projeto Cidadão Aprendiz, o **Pequeno Manual de Aprendizagem**, tendo por objeto a divulgação do direito à qualificação profissional e orientações sobre as condições legais do contrato de aprendizagem com linguagem apropriada para o público de adolescentes e jovens.





Foi lançada no mês de outubro, a **campanha conjunta do CAOCA, CESAU, CEDUC e NUCCIBER de valorização das relações presenciais**, com o objetivo de instigar a redução do uso excessivo de redes sociais por crianças e adolescentes, valendo-se do momento da retomada das aulas e de outras atividades presenciais, sem descuidar das medidas de prevenção de contágio ainda existentes. A campanha consistiu em peças publicitárias, que foram veiculadas em jornais, redes sociais, praças de pedágio (CLN) e shoppings centers.



APÓIO: **A TARDE**
REALIZAÇÃO: **GUARDIÃO DA CIDADANIA**
 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
0800 642 4577



APÓIO: **Correo**
REALIZAÇÃO: **GUARDIÃO DA CIDADANIA**
 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
0800 642 4577



Plano de ação da lei da escuta

Foram realizadas reuniões nos dias 04/10 e 14/10 com representantes do Tribunal de Justiça, Secretaria de Segurança Pública, Defensoria Pública e OAB-BA, sendo finalizada a construção do fluxo no âmbito do Sistema de Justiça para a realização do Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas/testemunhas de violência e implementação da Lei nº13.431/2017 nos municípios baianos.

O Termo de Cooperação Interinstitucional entre Ministério Público, Tribunal de Justiça, Secretaria de Segurança Pública, Defensoria Pública e OAB-BA para a implementação da Lei 13.431/2017 nos municípios baianos encontra-se concluído, com assinatura prevista para o corrente mês de dezembro.

A convite do Ministério Público, as Prefeituras de Salvador e Candeias realizaram visita, no dia 12/11, a um dos espaços de escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência localizado na zona urbana de Camaçari. A visita foi acompanhada pelas promotoras de Justiça Karine Espinheira, atuante na área de infância e juventude da capital; Mariana Meira, titular da Promotoria de Justiça de Candeias; e pelo promotor de Justiça Bruno Sanfront, responsável por fiscalizar o serviço em Camaçari. O objetivo do encontro foi demonstrar as boas práticas da sala de escuta do Centro de Atenção à Saúde da Criança, que se encontra em uma Unidade de Pronto Atendimento de Camaçari, às cidades que ainda não estão organizadas para a implementação da Lei de Escuta Especial 13431/17, caso de Salvador e

Candeias. :



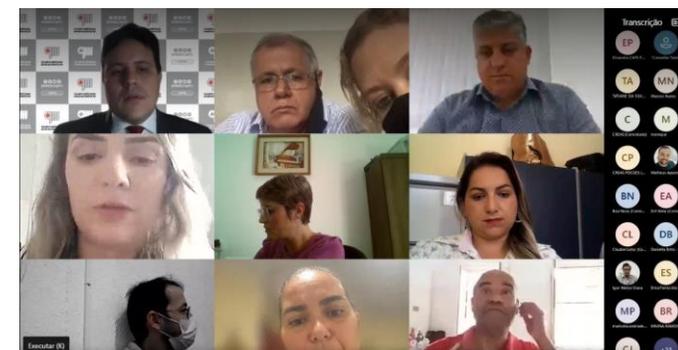


Plano de ação da lei da escuta

O Ministério Público estadual e instituições do Sistema de Garantias e Direitos de crianças e adolescentes dos municípios de Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Mirante e Poções formalizaram documento de diretrizes de integração operacional da rede de proteção, que uniformiza as rotinas e os procedimentos para promoção da defesa das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. O objetivo é aprimorar a atuação conjunta dos órgãos e efetivar os dispositivos da Lei do Depoimento Especial (13.431/2017), que visa evitar a revitimização na realização de entrevistas para apuração dos casos de violência contra o público infantojuvenil e no atendimento pelos agentes da rede das vítimas e testemunhas.

A elaboração do documento resultou de discussões com todos os órgãos do Sistema de Garantias da comarca de Poções e foi aprovado em audiência promovida pelo MP, realizada no último dia 30, com a participação de 79 pessoas, entre autoridades municipais e representantes de diversas instituições. As diretrizes servem de baliza para os fluxos que serão elaborados pelos comitês municipais de gestão colegiada da rede. O documento traz diretrizes detalhadas sobre fluxo e procedimentos que devem ser adotados para evitar a revitimização durante a realização de entrevistas. Há direcionamentos sobre a postura do entrevistador nos casos de revelação espontânea da violência pela vítima, sobre encaminhamentos, medidas de proteção, ritos de realização do depoimento especial, formas de compartilhamento de informações apuradas, entre outras informações.

Além dos promotores de Justiça Ruano Leite e Daniela Almeida que assinaram o documento, as diretrizes foram aprovadas pela juíza Janine Soares Ferraz e por representantes dos Municípios de Poções, Mirante, Caetanos, Bom Jesus da Serra e Boa Nova; da Ordem de Advogados do Brasil (OAB) local; Polícias Civil e Militar; Secretarias Municipais de Saúde e Educação dos cinco municípios; Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselhos Tutelares; Centros de Referência de Assistência Social; Centros de Atenção à Criança e ao Adolescente do Hospital São Lucas.





Plano De Ação Defesa Da Saúde Mental E Enfrentamento Ao Uso De Substâncias Psicoativas Por Crianças E Adolescentes:

A Coordenadora do CAOCA participou, no dia 04/10, de reunião promovida pelo Grupo de Trabalho Comunidades Terapêuticas, no âmbito da Comissão Permanente da Infância e da Juventude – COPEIJ do GNDH/CNPG.

Expediente



Procuradora-Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CAOCA

Coordenadora
Márcia Rabelo Sandes

Equipe
Alina Oliveira
Gabriela Kanitz
Glória Corrêa
Patrícia Nepomuceno
Patrícia Santana
Sara Oliveira



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CAOCA
5ª Avenida, nº750, Sala 128, Centro Administrativo da Bahia (CAB), Salvador - BA | Brasil
CEP 41.745-004
Tel.: (71) 3103-0357 | E-mail: caoca@mpba.mp.br



Edições Anteriores
Clique aqui